

CAPÍTULO 3

A Inserção do Brasil na Economia Mundial

Introdução

A economia brasileira não assiste passivamente aos movimentos que se fazem presentes no cenário internacional, uma vez que é parte integrante do espaço geoeconômico e político mundial, desde sua descoberta pelos portugueses. Mudanças de ordem político-ideológica, nos aparatos institucionais e regulatórios nacionais, ocorridas na última década, têm respondido, com as defasagens próprias de uma economia em desenvolvimento, aos ditames do movimento internacional do capital.

Quanto ao quadro referencial ideológico que se coloca como pano de fundo das articulações sócio-econômicas mundiais no último quartel de século, pode-se dizer que a economia brasileira o assume propriamente a partir de 1990, estabelecendo um ritmo de mudanças e/ou transformações respaldadas no que se denominou "Consenso de Washington". Logo, pode-se indicar que a defasagem na adesão aos termos neoliberais situa-se, para a economia brasileira em relação ao primeiro mundo, em aproximadamente 10 anos¹.

¹ *Especificamente a década de 80, quando o Brasil, sob o rótulo de país devedor, sucumbe à estagnação econômica agravada pela crise política.*

As políticas macroeconômicas levadas a efeito a partir de então, embora com uma dinâmica condicionada às características internas da economia brasileira, foram, ao longo da década de 90, assumindo um perfil cada vez mais liberalizante e, portanto, "adequado" às atuais regras da economia internacional.

Os resultados que foram se engendrando a partir de meados da década de 90 – com relevância para a contenção do processo inflacionário, sinalizando para a estabilidade monetária, em conjunto com o programa de privatização em curso e com as mudanças no aparato regulatório referente ao capital externo-criaram um cenário atrativo aos fluxos de capital internacional, tanto sob a forma de portfólio, quanto do investimento externo direto, revertendo uma tendência presente durante toda a década de 80.

O objetivo deste capítulo é sistematizar dados e informações sobre a economia brasileira e sua relação com o capital externo, no intuito de compreender o diferencial do movimento atual, quando o crescimento extraordinário do investimento externo direto supera todas as marcas históricas, identificando-o como a variável-chave do processo de inserção do Brasil no atual momento do capitalismo, que ocorre em escala global.

Em primeiro plano, será trabalhado, em uma perspectiva histórica sintética, um quadro ilustrativo da presença do capital estrangeiro no Brasil, desde seus primórdios; em seguida, e com maior rigor, serão sistematizadas as informações acerca da década de 90, com ênfase no cenário político-institucional e seus reflexos sobre os movimentos econômicos, relativos à

atração de divisas externas; por fim, tentaremos estabelecer um indicativo do segmento mais representativo na captação dos fluxos de investimentos externos diretos nesta década, sobre o qual deveremos aprofundar nossa investigação, no sentido de entender, numa perspectiva futura, o significado da dinâmica atual.

3.1 Breve retrospectiva da presença do capital externo no Brasil

A inserção internacional do Brasil é marca constante desde a época da colonização. Ao longo de toda sua história, o capital externo tem sido determinante, seja através de empréstimo ou financiamento, seja através de investimento de portfólio, ou sob a forma de investimento externo direto. A presença deste elemento é constante, mudando seu formato de acordo com as conjunturas internas e/ou internacionais.

No período agrário exportador, a economia brasileira foi marcada pelo capital comercial externo e por empresas estrangeiras. O ciclo do açúcar, do século XVI ao XVIII, foi influenciado pelo sistema financeiro holandês. Ao longo do século XIX, o capital de origem britânica esteve presente via concessão de empréstimos, direcionados à construção de serviços de infraestrutura (estradas de ferro, portos e serviços de utilidade pública) e no financiamento do já existente déficit público.

3.1.1 Século XX

Durante o século XX, a presença do capital externo na economia brasileira mantém-se constante. A tabela a seguir ilustra que, dos 20,1% do investimento da Grã-Bretanha em 1913, destinado à América Latina, 3,9% já aportavam no Brasil.

Quadro 3.1. Distribuição geográfica do investimento internacional da Grã-Bretanha (1913)

<i>País</i>	<i>Porcentagem*</i>
Estados Unidos	20,0
Canadá	13,7
Austrália e Nova Zelândia	11,1
Índia e Ceilão	10,0
África do Sul	9,8
Argentina	8,5
<u>BRASIL</u>	<u>3,9</u>
Rússia	2,9
Subtotal	79,9
Memorando	
Império Britânico	47,3
América Latina	20,1
Estados Unidos	20,0
Europa	5,8
Outros	6,8
Total	100,0

Fonte: Brinley & Dunning (apud Gonçalves, 1999:54)

No período entre a primeira guerra mundial e a grande depressão (1914-1929), os investimentos estrangeiros no Brasil passaram a originar-se principalmente nos Estados Unidos da América. O que se atesta através dos dados disponíveis para a época:

"Assim, enquanto os investimentos britânicos no Brasil aumentaram 23% entre 1913 e 1927, os investimentos norte-americanos cresceram 852%. Outrossim, cabe mencionar que nesse mesmo período o comércio bilateral do Brasil com a Grã-Bretanha aumentou 20%, enquanto o comércio Brasil - Estados Unidos cresceu 103%. (...) Foi somente no início dos anos 40 que o capital dos Estados Unidos consolidou e expandiu sua presença e hegemonia no Brasil. Era o início da Pax Americana." (Wythe, 1945:145. Apud Gonçalves, 1999:55)

De acordo com o autor acima citado, em 1930 o total de capital externo no Brasil era de US\$ 2,7 milhões, dos quais US\$1,6 milhão constituía-se em investimentos externos diretos.

No período imediatamente posterior à segunda guerra mundial, o Brasil apresentou-se como ambiente pouco liberal ao capital estrangeiro, no bojo de um processo de industrialização substitutiva de importações, o que provocou uma perda representativa das reservas internacionais, uma vez que aproximadamente 85% das divisas estrangeiras eram alocadas para importação de derivados de petróleo, insumos agrícolas, matérias-primas, bens de capital e produtos farmacêuticos.

Nos primeiros anos da década de 50, com a regulamentação da Lei de Similar Nacional, que condicionava a importação à inexistência de produção local de produtos similares, houve um sensível arrefecimento às entradas de investimento externo direto no Brasil. Tal fato é registrado pelos indicadores de fluxo de IED, no período de 1948-55, negativos para todos os anos, e pelo volume de entrada de IED (entre 1947-55) de US\$113 milhões em confronto com US\$ 385 milhões de saídas.

Já em 1955, o governo brasileiro oferece incentivos especiais aos investidores estrangeiros, através da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC. Este instrumento, regulatório da entrada de capitais externos no país, permitia a importação de bens de capital sem cobertura cambial, desde que o investidor estrangeiro aceitasse o valor da venda como participação de capital na empresa compradora. Tal mecanismo

estimulou o IED de tal forma que, entre 1955-60, de um total de US\$ 609 milhões de capital externo investido no Brasil, US\$ 507 milhões, ou seja, mais de 80%, foi favorecido por este mecanismo.

Em 1960, a Lei 4.131, que tratava da presença do capital estrangeiro no país, restringia a 10% as remessas de lucro ao exterior e não considerava como externo os lucros reinvestidos no país. No entanto, esta lei somente foi regulamentada em janeiro de 1964, pouco antes do golpe militar, o que demonstra que de fato não houve ambiente para sua aplicação.

Em agosto de 1964 a Lei 4.390 altera o texto da 4.131, estimulando a entrada de capital externo, ao considerar o investidor estrangeiro com igualdade de direitos em relação ao investidor nacional.

3.1.2 Do milagre à crise – décadas de 70 e 80

No período entre meados dos anos 60 e meados dos anos 70, mais especificamente entre 1967-74, quando o mundo, ou, mais precisamente, as economias avançadas entravam numa fase de depressão, com indicadores econômicos em franco descenso, a economia brasileira experimentava a euforia do que se denominou "milagre econômico". O crescimento sistemático dos indicadores econômicos respaldava-se em um conjunto de reformas de corte fiscal, financeira e administrativa, instituídas pelo então regime autoritário, cuja marca era a intervenção do Estado em nível econômico e político, com claro direcionamento para franquear a entrada do capital externo.

Àquela época, a conjuntura externa apresentava-se “favorável”, possibilitando, através de brechas no comércio internacional, facilidades de acesso ao crédito e menores restrições ao acesso às tecnologias maduras, o desenho de uma política que estimulava o crescimento econômico, reduzia a capacidade ociosa ao tempo em que ampliava a taxa de investimento na economia, respaldada no tripé capital nacional, capital estatal e capital externo, sendo este último estimulado pelo segundo em detrimento do primeiro.

Nesse contexto, a economia brasileira posiciona-se em sexto lugar no *ranking* mundial, em termos de grau de internacionalização², como fica patente nos dados do quadro 3.2.

Quadro 3.2. Grau de internacionalização da indústria de transformação por país (1988)

<i>País</i>	<i>Produção</i>	<i>País</i>	<i>Produção</i>
Singapura	62,9	Alemanha	21,7
Canadá	55,6	Grã Bretanha	21,2
Bélgica	44,0	Coréia do Sul	19,3
Malásia	44,0	Hongkong	13,9
Venezuela	35,9	Estados Unidos	11,5
BRASIL	32,0	Uruguai	11,5
Argentina	29,4	Espanha	11,2
Colômbia	29,0	Noruega	10,4
Austrália	28,7	Dinamarca	8,8
Chile	28,0	Suécia	7,3
França	27,8	Índia	7,0
México	27,0	Japão	4,2
Peru	25,2		
Itália	23,8		
Áustria	22,7		

Fonte: World Investment Report - Unctad - 1988.

O setor industrial foi a locomotiva da economia brasileira no período, tanto na primeira fase (1968-73) entendida como "o milagre brasileiro", em que os esforços direcionaram-se para a produção de bens de consumo duráveis,

² O grau de internacionalização é medido pela participação do capital estrangeiro no valor bruto da produção industrial, considerando a indústria de transformação como a alavanca da economia no período em foco.

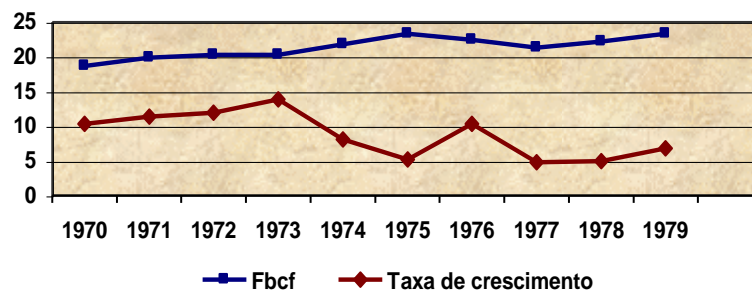
quanto na segunda fase, a partir de 1974, quando foi dada ênfase à substituição de importações dos insumos intermediários e bens de capital.

Tabela 3.1. Indicadores econômicos do Brasil – década de 70

Indicadores	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Em US\$ milhões										
PIB	42.576,1	49.162,0	58.752,0	84.086,0	110.391,0	129.891,0	153.959,0	177.247,0	201.204,0	223.477,0
Exportações	6.560,0	6.460,0	7.270,0	7.840,0	7.670,0	7.220,0	7.010,0	7.240,0	6.690,0	7.240,0
Importações	6.950,0	8.190,0	8.860,0	9.010,0	13.290,0	11.020,0	9.400,0	7.900,0	7.880,0	9.320,0
Taxas de crescimento										
PIB	10,4	11,4	11,9	13,9	8,1	5,2	10,3	4,9	5,0	6,8
Agricultura	1,0	10,2	4,0	0,1	1,3	6,6	2,2	12,1	-2,8	7,7
Indústria	10,4	11,8	14,2	17,0	8,5	4,9	11,7	3,1	6,4	6,8
Serviços	10,5	11,4	12,5	15,6	10,9	4,9	11,4	5,0	6,1	6,8
% do PIB										
Fbcf	18,7	19,9	20,3	20,4	21,8	23,3	22,4	21,3	22,3	23,4
Em US\$										
PIB percapita	444	500	584	816	1.046	1.202	1.392	1.566	1.737	1.885

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Conjuntura Econômica - Séries revisadas.- março de 2002 .

Gráfico 3.1
Evolução do setor real – década de 70



Como é possível observar através dos dados contidos na tabela 3.1, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu durante toda a década de 70, à exceção do ano de 1977, a taxas superiores a 5,0%, sendo que, entre 1970 e 1973, estas taxas foram crescentes e superiores a 10,0%. Tomando a década inteira para a análise tem-se nada menos, que uma taxa média de crescimento total

da produção interna brasileira na faixa de 8,8%. Isso resultou da ampliação dos investimentos produtivos, cuja taxa interna bruta apresenta uma tendência crescente no período, indo de 18,7%, em 1970, para 23,4%, em 1979. O gráfico 2.2 ilustra o fato.

Em termos setoriais, o comportamento dos indicadores dá mostras de uma certa generalização de tendência positiva nos quatro primeiros anos da década, excetuando-se o setor agrícola. A indústria registra taxas positivas de crescimento durante toda a década, com especial destaque para os quatro primeiros anos, quando chegou a atingir um patamar de crescimento de 17,0%. De forma similar, tem-se a performance do setor serviços, cujo crescimento chegou a 15,6% no ano de 1973.

No que diz respeito à renda per capita, pode-se constatar ampliação considerável, em termos absolutos, uma vez que se passou de um PIB per capita de US\$ 444,00 em 1970, para nada menos que US\$ 1.885,00 em 1979, o que significou uma variação percentual, ao longo do período, de 324%.

Diante desta performance, houve toda uma euforia em torno destes indicadores, a ponto de os analistas econômicos, notadamente, os ligados ao governo da época, identificarem a década de 70 como a década do "milagre" brasileiro.

Registrou-se também uma relativa modernização na infra-estrutura de transportes e comunicações e de segmentos agro-industriais, completando o conjunto de determinantes do crescimento econômico, mais especificamente, dos setores produtores de bens de capital e de insumos.

Em 1973, com a primeira crise do petróleo e as elevadas importações de bens de capital (1970-74) foi possível identificar uma significativa fragilidade cambial.

Contudo, é importante destacar que, neste período, o papel das multinacionais foi relevante, pois 1/3 da produção industrial brasileira teve participação direta do capital estrangeiro, com significativa concentração em alguns ramos de produção (material elétrico, transporte, indústria farmacêutica e borracha).

Em 1978, a enorme pressão fiscal, financeira e cambial, exercida pelos grandes projetos colocados em marcha, mostrou claramente a debilidade financeira do Estado e do balanço de pagamentos, agravando o problema cambial e inflacionário.

A estratégia de ajuste do governo implicou maior interação com a economia internacional, mas, contraditoriamente, ao invés de reduzir a dependência externa, ampliou-a através da: a) política de estímulo às exportações de manufaturados, das quais a balança comercial passa a depender; b) manutenção da política energética e do sistema de transporte de corte rodoviário, cuja oferta encontrava-se centrada nas multinacionais e altamente vinculada ao petróleo importado; d) importação de tecnologia estrangeira; e) ampliação do endividamento externo e abertura à entrada de investimento externo direto.

A segunda crise do petróleo (1979) explicitou a crise da dívida (1979-82) e o encerramento de um período de expansão acelerada.

Atrelado aos ditames da política norte-americana, uma vez que os EUA, núcleo hegemônico de poder desde a segunda guerra mundial, eram seu principal credor, o Brasil defrontou-se com um constrangimento de magnitude relevante, ao ver sua dívida crescer a ritmo acelerado, em decorrência do aumento continuado das taxas de juros norte-americanas³.

Ao longo da década de 80, estatisticamente denominada de “década perdida”, e primeiros anos da década de 90, a economia brasileira caracterizou-se por profundos desequilíbrios macroeconômicos, apresentando, entre 1980 e 1992, taxas médias de crescimento de 1,3% ao ano, o que determinou um declínio na renda *per capita* de 7,6%, no período.

Embora as exportações continuassem crescendo, gerando superávites significativos, as divisas daí oriundas não conseguiam alimentar o serviço da dívida, cuja escalada, tanto em termos da dívida de médio e longo prazos, quanto em termos globais, quase duplicaram no período, passando das marcas de US\$ 49.904 milhões em 1980, para US\$ 99.285 milhões, em 1989, e de US\$ 55.803 milhões para US\$ 113.511 milhões, respectivamente.

Os dados contidos na tabela 3.2 dão uma demonstração do que significou a década de 80, para o Brasil, em termos econômicos, o que permite refletir sobre os reflexos daquela conjuntura no âmbito social.

³ As taxas de juros norte-americanas passaram de 11,75%, em 1977, para 15%, em 1978 e 21,5%, em 1979.

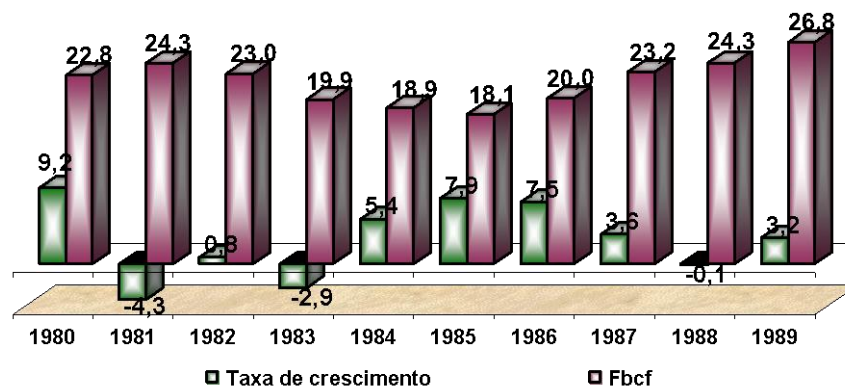
Tabela 3.2. Indicadores econômicos do Brasil – década de 80

Indicadores	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Em US\$ milhões										
PIB	237.800,0	258.600,0	271.300,0	189.500,0	189.700,0	211.100,0	257.800,0	282.400,0	305.700,0	415.900,0
Exportações	20.100,0	23.200,0	20.200,0	21.900,0	27.000,0	25.600,0	22.300,0	26.200,0	33.800,0	34.400,0
Importações	23.000,0	22.100,0	19.400,0	15.400,0	13.900,0	13.200,0	14.000,0	15.100,0	14.000,0	18.300,0
IED	1.400,0	1.700,0	1.100,0	300,0	300,0	100,0	-400,0	10,0	-10,0	-300,0
Reservas Externas	6.900,0	7.500,0	4.000,0	-1.500,0	7.500,0	7.700,0	4.600,0	4.400,0	7.300,0	7.300,0
Taxas de crescimento										
PIB	9,2	-4,3	0,8	-2,9	5,4	7,9	7,5	3,6	-0,1	3,2
Agricultura	9,6	8,0	-0,2	-0,5	2,6	9,6	-8,0	15,0	0,8	2,9
Indústria	9,3	-8,9	0,0	-5,9	6,3	8,3	11,7	1,0	-2,6	2,9
Serviços	9,2	-2,5	2,1	-0,5	5,4	7,0	8,1	3,3	2,3	3,6
Inflação - IGP-DI	110,0	95,2	99,7	210,9	223,8	235,1	65,0	415,8	1037,6	1.782,0
Desemprego	6,5	7,9	6,3	6,7	7,1	5,3	3,6	3,7	3,8	3,3
% do PIB										
Fbcf	22,8	24,3	23,0	19,9	18,9	18,1	20,0	23,2	24,3	26,8
Em milhões de habitantes										
População	118,6	121,2	123,9	126,6	129,3	132,0	134,7	137,3	139,8	142,3

Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Conjuntura Econômica - Séries revisadas - março de 2002

Gráfico 3.2

Formação bruta de capital fixo e taxa de crescimento do PIB – Anos 80



Observe-se que, no período compreendido entre 1980-83, a crise no Brasil torna-se aguda, aprofundando a negatividade dos indicadores econômicos, como formação bruta de capital fixo, crescimento do PIB (tanto ao nível global, quanto setorial), mantendo-se os níveis já preocupantes de

desemprego, ao tempo em que se desencadeia o crescimento acelerado dos índices inflacionários, chegando à quase duplicação neste curto espaço de tempo. Com relação aos indicadores externos, tem-se um crescimento do déficit em conta corrente, redução da poupança externa e queda no estoque de reservas.

No período subsequente (1984-86), a economia brasileira amplia seus superávits na balança comercial, para fazer face aos crescentes serviços da dívida externa, e desenvolve um plano de caráter heterodoxo (Plano Cruzado), que recupera parcialmente os salários reais e dá a falsa impressão de recuperação econômica. Observe os indicadores pós-84, com crescimento do PIB global e setoriais, com destaque para o industrial, acompanhado da queda da taxa de desemprego de 7,1%, para a marca dos 3,6%, em 1986.

Quanto à marcha da inflação, os indicadores revelam forte queda, especialmente no ano de 1986, quando o congelamento de preços deu o tom do Plano Cruzado. Contudo, logo a partir de 1987, com o fracasso do referido plano econômico, a espiral inflacionária se reveste de características próprias de uma hiperinflação, arrastando consigo os indicadores econômicos em sentido inverso.

Nesse intermédio, as empresas multinacionais instaladas no Brasil iniciam uma estratégia de conciliação entre geração de lucros e recuo dos investimentos no país. Para tanto, estabelecem metas de ampliação das exportações, racionalizam custos, demitem, redirecionam seus ativos para o mercado financeiro e ampliam os fluxos de saída de capital.

Os dados são elucidativos, ao mostrarem uma vertiginosa queda nos já pouco significativos IED, da marca dos US\$ 1,7 milhão em 1981, para a marca negativa de US\$ 300 milhões, em 1989.

A constatação do resultado desta estratégia é percebida através da seguinte citação:

"As ECE reduziram significativamente seus investimentos no Brasil na década perdida, com a crise da dívida externa nos anos 80. Considerando-se todos os fluxos de entrada e saída de recurso de investimento (e também de conversão e reinvestimentos), verifica-se que houve uma queda abrupta na década de 80 comparativamente à de 70. Dados para o período 1971-81 e 1982-91 mostram que o fluxo médio de IED na década perdida representou um sexto (1/6) do fluxo médio da década anterior – caiu de 2,3 milhões anuais para cerca de 350 milhões de dólares. Os dados indicam tendência de recuo das ECE, principalmente via redução dos fluxos de entrada e aumento da repatriação de capital e remessa de lucro. Na realidade, as ECE optaram por uma estratégia de recuo gradual – retrenchment. No contexto de profunda e longa crise econômica, houve desaceleração do crescimento do estoque de capital estrangeiro ao longo da década perdida." (Gonçalves, 1999:67)

É esta tendência do capital externo no Brasil, que, ao longo da década de 90, vem se revertendo via ampliação, principalmente, dos fluxos de investimentos externos diretos (IED). Esse "novo" movimento registrado indica que a economia brasileira, que por toda uma década perdeu espaço a nível mundial, está agora levando a efeito estratégias de recuperação deste espaço, tanto em termos de captação de recursos externos, quanto em termos de alçar patamares mais altos de produtividade e, num médio prazo, alcançar maiores níveis de competitividade internacional.

No alicerce das estratégias do Estado brasileiro na década de 90, encontra-se, nitidamente, a concepção de que o padrão de desenvolvimento

adotado pelo Brasil durante todo o pós-guerra e que se estendeu até a década de 70 esgotou-se, provocando a década perdida, sendo imprescindível articular os elementos constitutivos da economia nacional de forma diferenciada.

Nessa perspectiva situa-se o atrelamento da política macroeconômica brasileira aos princípios neoliberais contidos no Consenso de Washington, com ênfase na implementação de reformas administrativas, da desregulamentação comercial e financeira, além das privatizações. Cabe destacar o esforço condensado no Plano Real⁴ para debelar o processo inflacionário e criar um clima de estabilidade monetária atrativo aos investidores internacionais.

As conseqüências políticas, econômicas e sociais desta "opção" do estado-nação brasileiro, após uma década de estagnação, não se apresentam como fatores que possibilitam a reversão da tendência econômica registrada durante os anos 80, nem de todas as seqüelas advindas da relação altamente dependente do Brasil com seus credores, mas, contrariamente ao que se poderia ansiar, revelam-se como redutoras da soberania nacional, aprofundando a condição de submissão política e econômica frente ao capital externo, o que, por sua vez, impede a construção de um projeto nacional de desenvolvimento, que tivesse como meta, além da retomada do crescimento econômico, uma distribuição de renda menos excludente.

⁴ *Plano de estabilização macroeconômica lançado em 1994 e mantido em seus princípios básicos, até o momento.*

O país não está, portanto, assistindo, ou melhor, participando de uma integração como a anunciada pelo então presidente da república Fernando Henrique Cardoso (2000:5), que

"(...) encara a globalização, com uma visão estratégica (...) como uma oportunidade. E essa oportunidade não pode ser desperdiçada com um permanente olhar pelo retrovisor (...) como uma integração que não se faça defensivamente apenas – porque o mercado interno teria que ser preservado – mas que se faça ativamente, como uma nova conquista."

O item a seguir tratará especificamente da década de 90, no qual tentar-se-á estabelecer uma correlação entre os princípios neoliberais reinantes em nível internacional, a política macroeconômica do governo brasileiro e os determinantes da captação dos fluxos de IED no período.

3.2 O Brasil face à nova conjuntura internacional – anos 90

3.2.1 A caminho do neoliberalismo (1990-94)

O sinal mais forte e característico da crise brasileira dos anos 80 foi traduzido nos altos índices de inflação. No último mês do governo Sarney⁵, fevereiro/1990, a inflação registrada foi de 84%. Os diversos fracassos acumulados na tentativa de controlar tais índices denotavam a gravidade do problema. A opção brasileira por um dos caminhos para substituir o modelo que se esgotava passava em muito pelo entendimento do processo inflacionário.

⁵ José Sarney – Presidente da República do Brasil de 1986 a 1990.

Com a eleição de Fernando Collor de Mello, em 1990⁶, a equipe econômica que foi conduzida ao governo tinha a seguinte análise da crise dos anos 80:

"A crise vivida pela economia brasileira não é conjuntural. É produto do esgotamento do próprio padrão de desenvolvimento adotado nos últimos 50 anos, cuja seqüela maior se constitui no processo de hiperinflação aqui presente." (BRASIL, 1991:17)

O diagnóstico elaborado pela equipe governamental, desde sua gênese, já deixava clara a sua preocupação com a estabilidade econômica e, ao identificar o esgotamento do padrão de desenvolvimento baseado na intervenção do Estado produtor, deixava clara sua filiação teórico-ideológica. Ao desconsiderar as causas externas da crise, relegando a um segundo plano a análise histórica do desenvolvimento brasileiro no bojo da acumulação de capital em termos mundiais, restringia-se a identificar os problemas do Estado como responsáveis diretos da crise.

Concomitante à sua posse, Collor apresentou um plano de estabilização econômica⁷, com intuito principal de conter o processo de inflação galopante, que já registrava índices na casa dos 84% mensais.

⁶ Fernando Collor de Mello – Presidente da República do Brasil de março de 1990 a setembro de 1992.

⁷As medidas econômicas que compunham o Plano Collor consistiram em: a) reforma monetária que alterava o signo da moeda, que voltou a ser cruzeiro, e um radical aperto monetário, tendo sido reduzida a liquidez, imediatamente, pela via do seqüestro e congelamento dos ativos financeiros, representado no bloqueio de metade dos depósitos à vista, 80% das aplicações de overnight e um terço dos depósitos de poupança. Isso significou a redução da liquidez a uns 10% do nível imediatamente anterior. Essa era a pedra de toque do programa antiinflacionário; b) desindexação geral da economia; c) reformulação dos mercados cambiais; d) reforma administrativa, com o lançamento do programa de privatizações, melhoria dos instrumentos de fiscalização e de arrecadação e maior controle sobre os bancos estaduais; programa de desregulamentação, mudança na política comercial, incidindo, inicialmente, sobre as facilidades de exportação e importação, inaugurando o processo de liberalização do comércio exterior; e) manutenção da moratória técnica do serviço da dívida; f) instituição dos certificados de privatizações; g) supressão dos subsídios fiscais, com exceção dos concedidos à Zona Franca de Manaus; h) reforma fiscal, que visava promover um ajuste fiscal da ordem de 10% do PIB; i) congelamento de preços.

A postura do governo Collor identificava-se com o diagnóstico elaborado por Bresser Pereira⁸

*“A causa da crise foi o excessivo e distorcido crescimento do Estado: do Estado desenvolvimentista no Terceiro Mundo, do Estado Comunista no Segundo Mundo e do Welfare State no Primeiro Mundo.(...)“O Estado tinha-se tornado muito grande, aparentemente muito forte, mas, de fato, estava cada vez mais fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesse, engajados em práticas privatizadoras do Estado, ou seja, no **rent seeking**”.* (Pereira, 1996:17).

Considerando a crise como reflexo do extraordinário crescimento do Estado, do esgotamento da política de substituição de importações e das dificuldades no comércio internacional, Bresser Pereira, equipe econômica e outros, apresentaram como solução e, conseqüentemente, como condição para um novo ciclo de desenvolvimento, a diminuição do Estado, através da privatização das empresas estatais e uma maior liberalização do comércio internacional para um aumento do fluxo de mercadorias.

A partir deste quadro referencial o governo passa a viabilizar medidas que demonstram uma sensível aproximação com o receituário do Consenso de Washington, uma vez que todas estas propostas faziam parte daquelas diretrizes consensuadas em 1989, quais sejam:

“disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, captação de investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação e propriedade intelectual.” (Carcanholo, 1998:31)

⁸ Luís Bresser Pereira - Ministro da Fazenda do governo Sarney e representante do Brasil na reunião que gerou o Consenso de Washington.

Isso significa, de acordo com vários estudiosos do assunto, uma retomada da capacidade de endividamento externo, com base, sobretudo, nos chamado “*hot money*”, ou seja, capital financeiro extremamente volátil, que, por esta característica de desvinculação com atividades de cunho estrutural, pode, da mesma forma que – aporta, atraído por diferenciais nas taxas de juros (a real chegou a 34,1%, em 1992), em relação a economia internacional –, bater em retirada, tais quais aves de arribação, deixando em seu rastro as seqüelas de uma típica inserção subordinada no processo de globalização financeira⁹. Os dados acerca do IED, no período em foco mostram uma relativa elevação, sem, contudo representar tendência, como os dados da década, postos na tabela 3.6, revelam.

Como conseqüência econômica mais imediata de tais medidas, pode-se indicar a colocação da indústria brasileira face à concorrência internacional, sem as devidas precauções, levando um conjunto importante de empresas a realizar esforços de reestruturação defensiva de racionalização da produção, com a meta de redução de custos via implementação de equipamentos sofisticados de automação industrial e reengenharia organizacionais, no fundo poupadoras de mão de obra.¹⁰ Iniciava-se, então, um ciclo vicioso de tão graves conseqüências econômicas e sociais quanto o anterior.

⁹ *Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, desenvolvem excelentes análises sob esta ótica em seus trabalho (1996 e 1997).*

¹⁰ *De fato, em 1992 ocorre redução de 15% dos empregos diretos por eliminação de linha de produção. De acordo com dados oficiais, ocorreu a supressão de 2.438.163 postos de trabalho durante a década de 90, sendo 765.379 postos fechados após o Plano Real. Dados do Ministério do Trabalho. Apud. Folha de São Paulo. São Paulo, 28/fev/1997. p.2/16.*

Com referência ao controle inflacionário, os dados indicam uma queda acentuada no índice acumulado do ano entre 1990 e 1991 (de 1.476,6% para 480,2%), para, logo em seguida, assumir uma performance ascendente, que chegou novamente à casa dos 1.157,9 %, no ano de 1992. Já em 31 de janeiro de 1991, o governo Collor lança novo Plano de Estabilização, denominado Plano Collor II.¹¹

A continuidade do quadro inflacionário apesar de tantas tentativas frustradas exigia mudanças mais profundas, o que levou o governo a mudar elementos importantes da equipe econômica. A partir de 8 de maio de 1991, Marcílio Marques Moreira assume o Ministério da Fazenda, executivo de confiança da banca internacional e do capital financeiro. Depois desse momento, consolida-se a adesão definitiva de Collor aos ditames do Consenso de Washington. As políticas praticadas foram literalmente as recomendadas pela ortodoxia: controle monetário e inibição ao consumo.

A recessão instala-se com todas as suas conseqüências: queda do produto interno bruto (de US\$ 469,3 milhões, em 1990, para, US\$ 387,3 milhões, em 1992), crescimento da taxa de desemprego (de 4,3%, em 1990, para 5,7%, em 1992), queda do nível de investimento produtivo (de 20,2% do PIB, em 1990, para 18,4 %, em 1992), dentre outros.

¹¹ *Constituíram o Plano Collor II as seguintes medidas: a) congelamento de preços; b) tarifação (aumento dos controlados: combustíveis 46,8%; energia elétrica em 59,5%; tarifas telefônicas em 58,7%); c) desindexação; d) criação de juros de referências, semelhante à libor; e) tablita de conversão de dívida; f) conversão de salários pela média; g) unificação das datas-base.*

Esse direcionamento perdurou até o *impeachment* (setembro de 1992), provocado por vários fatores, dentre os quais precária base de apoio político do governo, além dos danos impostos às diversas camadas da população brasileira pelo fracasso dos planos de estabilização implementados em seu curto mandato. Empresários, trabalhadores, elites e classe média, ressentiam-se com a continuidade da estagnação, perdas salariais, desemprego e confisco de ativos financeiros. É importante ressaltar que, dentre os fatores detonadores do *impeachment*, alguns projetos enviados ao Congresso, ameaçando interesses das elites, como a criação do Imposto sobre as grandes fortunas e a progressividade do Imposto Territorial Rural e de Propriedade Urbana, tiveram peso relevante.

Com referência ao capital externo, Collor, enquanto acenava com maior liberalização de um lado, por outro lado, irritava os banqueiros, quando condicionava o pagamento da dívida externa ao aumento da capacidade fiscal do governo, o que também contabilizou perdas de apoio daquele nível. A mídia, que o havia feito, agora o condenava, quando permitia que viesse à tona escândalos de corrupção, que, somados a todos estes outros elementos acima relacionados, culminaram com o *impeachment* do presidente, em setembro de 1992, bem como na suspensão de seus direitos políticos por 08 (oito) anos.

A tabela 3.3, a seguir, contém os principais indicadores econômicos da "Era Collor", utilizados como referenciais da análise anteriormente apresentada.

Tabela 3.3. Indicadores econômicos do Brasil (1990-92)

Indicadores Em US\$ milhões	1990	1991	1992
PIB	469.300,0	405.700,0	387.300,0
Exportações	31.400,0	31.600,0	35.800,0
Importações	20.700,0	21.000,0	20.600,0
Saldo em conta corrente	-3.800,0	-1.400,0	5.900,0
IED	300,0	100,0	1.600,0
Privatização	Nd	Nd	Nd
Reservas Externas	8.700,0	8.500,0	19.000,0
Taxas de crescimento			
PIB	-5,1	1,0	-0,5
Agricultura	-2,7	1,4	4,9
Indústria	-8,7	0,3	-4,2
Serviços	-1,2	0,3	0,3
Câmbio	98,0	119,0	130,7
Juros	-4,9	3,6	34,1
Inflação -IGP-DI	1.476,6	480,2	1.157,9
Desemprego	4,3	4,8	5,7
% do PIB			
Formação bruta de capital fixo	20,2	18,1	18,4
Em milhões de habitantes			
População	144,1	146,4	148,9

Fonte: Banco Central do Brasil, IBGE, FGV Séries Revisadas – Revista Conjuntura Econômica – março de 2002.

Os gráficos a seguir representam o comportamento dos principais indicadores econômicos do período que vai de 1990 a 92, destacando a dinâmica inflacionária e o comportamento das variáveis reais.

Gráfico 3.3
Dinâmica inflacionária da "Era Collor")

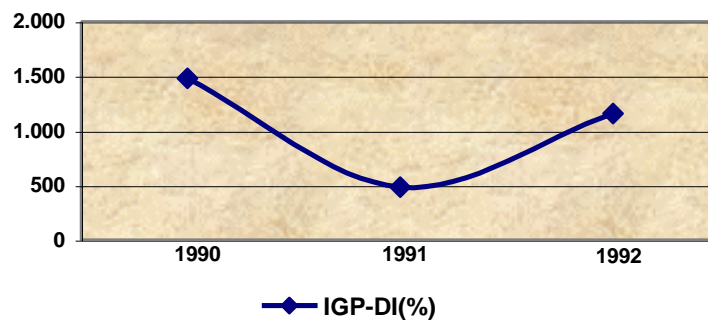
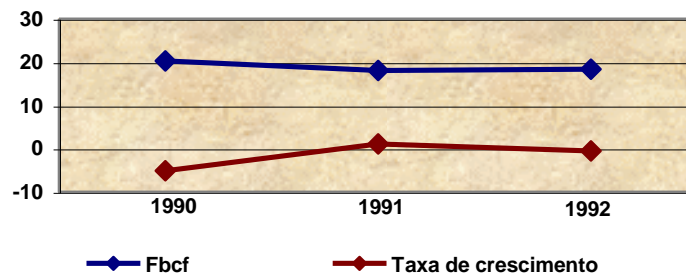


Gráfico 3.4
Dinâmica do setor real na “Era Collor”



O vice presidente eleito, Itamar Franco¹², ao assumir a presidência, após o processo de *impeachment*, comprometia-se em resgatar a ética na administração pública e estabilizar o processo inflacionário. Mantinha, portanto, a orientação do governo anterior, ou seja, premissas liberais e, dentre elas, a busca da estabilidade.

Durante o ano de 1993, logo nos seus primeiros meses, houve um crescimento acelerado da produção, demonstrando a capacidade de reação da indústria, propiciada pela existência de amplas margens de capacidade ociosa. O crescimento da produção, em termos globais, foi de 4,9% entre 1992/93, enquanto o setor industrial sai de uma tendência negativa (-4,2%, em 1992 para a marca dos 7,0%, em 1993).

Como já era provável, a bonança não havia vindo para ficar e já em meados de 1993 eram patentes os limites desse surto de crescimento, quando os aumentos na produção se faziam acompanhar pelo recrudescimento do processo inflacionário, cujo índice acumulado para o ano chegou ao patamar de 2.708,2%.

¹² Itamar Franco – Presidente da República do Brasil de setembro 1992 a dezembro de 1994.

Repetia-se, assim, o comportamento cíclico da economia, registrado já na década passada, quando surtos de crescimento de curta duração eram abafados por aceleração inflacionária.

Em maio de 1993, Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda, estimulando a adoção de uma estratégia de ação no campo da busca da estabilidade macroeconômica: o controle financeiro das contas públicas¹³.

Essa orientação concretizou-se através do Programa de Ação Imediata (PAI)¹⁴, lançado em junho de 1993, e que mantinha a análise das causas da crise e as soluções apontadas ainda no governo Collor, mas chegava a ser mais contundente quanto à superioridade do mercado frente ao Estado, do que as posições do governo anterior.

"A economia brasileira está sadia, mas o governo está enfermo. O diagnóstico sobre a causa fundamental da doença inflacionária já foi feito. É a desordem financeira e administrativa do setor público, com seus múltiplos sintomas." (BRASIL, 1993:15)

No concernente ao processo inflacionário, foi criada a URV,¹⁵ em 1º de Março de 1994¹⁶, tornando-se o principal indexador da economia, promovendo

¹³ Para Fiori (1997) e outros cientistas políticos, Fernando Henrique Cardoso desempenhou, naquele governo, um papel semelhante ao de um Primeiro-Ministro.

¹⁴ O Programa de Ação Imediata consistia nos seguintes eixos de ação: a) corte e maior eficiência dos gastos; b) recuperação da receita tributária; c) fim da inadimplência dos Estados e Municípios, em relação às dívidas com a União; d) controle e rígida fiscalização dos bancos estaduais; e) saneamento dos bancos federais; e f) privatização.

¹⁵ A Unidade Real de Valor (URV), tratou de superindexar a economia. Reajustada diariamente, de acordo com a variação do câmbio, assumiu a função de unidade de conta que a moeda inflacionada havia perdido. Começou a ser utilizada na conversão dos salários e benefícios previdenciários, estendendo-se, posteriormente, aos preços privados, aos contratos pré-fixados e pós-fixados.

¹⁶ A exposição de motivos da URV (nº 395), foi lançada em 7 de dezembro de 1993, transformada na Medida Provisória nº 434, de 28 de fevereiro de 1994, e foi aprovada na forma de Lei sob o nº 8.800, em 27 de maio de 1994.

um realinhamento dos preços relativos dos bens e serviços e eliminando o componente inercial da inflação essencial para fazer baixar a inflação.

Em 1º de julho de 1994, a URV é transformada em Real, a nova moeda brasileira¹⁷. A partir de então verificou-se a tão buscada estabilização monetária.

É possível a partir da exposição até agora elaborada, identificar, nos três governos pós-90, que não houve quebra de continuidade quanto ao estatuto teórico-ideológico, como assevera a citação a seguir:

"Houve diferenças de ritmo, intensidade, em uma ou outra ação, mas prevaleceu a lógica do Consenso de Washington, condicionando uma melhora na equidade social, ao crescimento econômico e esse à estabilidade macroeconômica, associada à liberalização da economia e à diminuição da presença do Estado nos setores produtivos." (Santana, 2000:37).

Os governos direcionaram suas ações na tentativa de estabilizar a economia e implementaram políticas visando a intensificar a liberalização econômica.

O resultado acumulado do ano de 1994 foi considerado positivo, registrando crescimento nos principais indicadores econômicos, a saber: O PIB apresentou taxa de crescimento de 5,6%, com a indústria de transformação e a agricultura liderando o processo com taxas de variação de 6,7% e 5,5%, respectivamente. Na indústria, os segmentos que mais cresceram foram os de bens de capital e bens de consumo duráveis: 18,6% e 15,5%, respectivamente.

¹⁷A escolha da data do lançamento do Real teve uma forte componente política para privilegiar o Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, candidato às eleições presidenciais de outubro.

O crescimento foi acompanhado pela retomada do investimento, que alcançou 20,8% do PIB, em 1994.

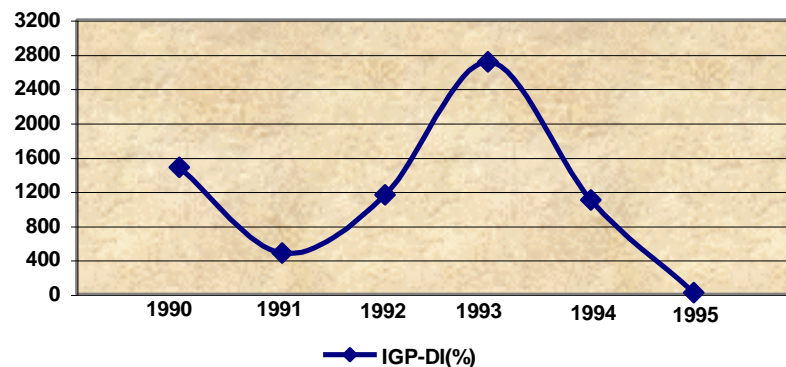
Os dados contidos na tabela 3.4. elucidam o comportamento da economia brasileira nos primeiros seis anos da década de noventa:

Tabela 3.4. Indicadores Econômicos do Brasil (1990-95)

<i>Indicadores./ano Em US\$ milhões</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>
PIB	469.300,0	405.700,0	387.300,0	429.700,0	543.100,0	705.400,0
Exportação	31.400,0	31.600,0	35.800,0	38.600,0	43.500,0	46.500,0
Importação	20.700,0	21.000,0	20.600,0	25.600,0	33.100,0	49.600,0
Saldo em conta corrente	-3.800,0	-1.400,0	5.900,0	-400,0	-1.300,0	-18.500,0
IED	300,0	100,0	1.600,0	700,0	2.000,0	4.300,0
Reservas Externas	8.700,0	8.500,0	19.000,0	25.800,0	36.400,0	50.100,0
Taxas de crescimento						
PIB total	-5,1	1,2	-0,3	4,4	5,6	4,2
Agricultura	-2,7	1,4	4,9	-0,1	5,5	4,1
Indústria	-8,7	0,3	-4,2	7,0	6,7	1,9
Serviços	-1,2	0,3	0,3	1,7	1,8	1,3
Câmbio	98,0	119,0	130,7	115,1	100,0	93,8
Juros	-4,9	3,6	34,1	7,1	24,4	33,1
Inflação -IGP-DI	1.476,7	480,2	1.157,8	2.708,2	1.093,9	14,8
Desemprego	4,3	4,8	5,7	5,3	5,1	4,6
% do PIB						
Fbcf	20,2	18,1	18,4	19,3	20,8	20,5
Em milhões de habitantes						
População	144,1	146,4	148,9	150,9	153,1	155,3

Fonte: Banco Central do Brasil, Sest, IBGE, Ipea, Secex - Séries Revisadas. Março de 2002.

Gráfico 3.5
Dinâmica inflacionária (1990-1995)



Vale salientar que as medidas tomadas pelo governo Itamar Franco, de redução das taxas de juros de 34,1%, em 92, para 7,1%, em 93, permitindo que a economia se expandisse, diminuindo o desemprego e estimulando maiores níveis de investimentos, embora pontuais no conjunto da década de 90, refletiram-se nos indicadores dos anos 93/94.

Como se pode perceber, o PIB apresentou uma média de crescimento, no período 90-95, bastante tímida, em torno de 2,4% ao ano, com destaque para 94, cujo crescimento alcançou a marca de 5,6%.

O comportamento da indústria, no mesmo período, ainda foi menos auspicioso, exibindo uma média de crescimento anual em torno de 0,5%, os anos que apresentaram melhor performance da indústria foram os de 93 e 94, com 7,0% e 6,7%, respectivamente.

A agricultura apresentou comportamento similar, com taxa média, no período de 1990-95, de 2,2%, indicando como ano de pico 1994, quando o crescimento registrado foi de 5,5%.

O Setor serviços, da mesma forma, cresceu entre 1990 e 95 em uma média de aproximadamente 0,7% ao ano, sendo seu melhor ano 94, mesmo assim, acusando marca inferior a 1,8%.

No que se refere à taxa de investimento do primeiro quinquênio dos anos noventa, os dados indicam um comportamento de certa forma estagnado, uma vez que se manteve no mesmo patamar da "década perdida", com média anual de 17,8% do PIB. É possível que a manutenção deste nível de

investimentos se deva, entre outros fatores, à política de elevação dos juros reais, levada adiante durante todo este período, à exceção do ano de 1993, que acusou queda representativa, fazendo com que uma taxa negativa de 4,9%, em 90, chegasse à marca dos 33,1%, em 95.

Como reflexo deste comportamento na taxa de investimento, também podem ser exibidos os indicadores referentes ao desemprego, cuja performance manteve-se em alta, chegando a 5,7% em 1992; a partir de então registra-se uma leve tendência de queda, sem, contudo, voltar à marca de 1990 (4,3%).

Com referência ao comércio exterior, os dados relativos aos seis primeiros anos da década de 90 dão conta de um crescimento, tanto ao nível das exportações, que passam dos US\$ 31,4 milhões para US\$ 46,5 milhões, em 1995, quanto nas importações, cujo incremento ainda foi maior, saltando dos US\$ 20,7 milhões, registrados em 1990, para US\$ 49,7 milhões, em 1995, o que significa mais do que dobrar o nível das compras no exterior. Estes dados refletem os efeitos da política de abertura, implementada durante o período.

Outro dado interessante diz respeito às reservas externas, cujo movimento ascendente, a partir de 1992 pode ser considerado extraordinário, passando de US\$ 9,9 milhões para nada menos que US\$ 51,8 milhões, em 1995.

Destaque-se que o elemento Investimento Externo Direto não se revelou expressivo durante os anos em análise, somente registrando crescimento

considerável a partir de 1994, quando passa de US\$ 0,7 milhões, em 93, para US\$ 4,3 milhões, em 1995. A partir de então, sua escalada revela-se extraordinária, indicando-o como um caso a ser estudado à parte e com maior rigor.

Vale ainda destacar que, apesar de o Programa Nacional de Desestatização (PND) ter sido lançado desde março de 1990, seus frutos foram escassos até 1995, e seus respectivos dados, deduz-se que por inexpressividade, não estão disponibilizados no Banco Central até o momento. Contudo, é relevante o fato de que, no período, mais especificamente até 1996,

"...era permitido que os investidores pagassem pelas ações das Empresas Estatais, não somente com dinheiro, mas também com diversos tipos de títulos públicos, aceitos pelo seu valor nominal, apesar de serem negociados no mercado com deságios significativos. Esses títulos eram principalmente dívida não paga do governo, batizados pela imprensa de "moeda podre"." (BNDES , 2000:22)

Isso pode ter influenciado negativamente os resultados das privatizações no referido período. No entanto, vale ressaltar que, a partir de 1996, os dados relativos a este elemento parecem ter uma conexão direta com os concernentes ao investimento externo direto, o que deverá ser objeto de nossa investigação no item 3.2.2.

3.2.2 Conjuntura brasileira pós 1995

Em síntese, o desempenho da economia brasileira nos anos noventa pode ser analisado, como está sendo realizado aqui, duas etapas distintas,

cujo divisor de águas é o resultado do Plano Real. Este se constitui numa outra tentativa de organizar a economia brasileira, visando deter a trajetória ascendente da inflação, recuperar as bases do crescimento sustentado a longo prazo (PIB, investimentos, emprego e produtividade) e reduzir os desequilíbrios sociais.

Para tanto, o citado Plano criava uma nova moeda – o real –, ancorada no câmbio administrado, cuja paridade de R\$ 1,00 = US\$ 1,00, explicitava a artificialidade da medida. Além disso, sua emissão era condicionada às reservas cambiais, como era estabelecido na medida provisória:

"Art. 3 - O Banco Central do Brasil emitirá o REAL mediante a prévia vinculação de reservas internacionais em valor equivalente, observado o disposto no art. 4.

§1 - As reservas internacionais possíveis de utilização para a composição do lastro para emissão do REAL são os ativos de liquidez internacional denominados ou conversíveis em dólares dos Estados Unidos da América.

§2 - A paridade a ser obedecida, para fins da equivalência a que se refere o caput desse artigo, será de um dólar dos Estados Unidos da América para cada REAL emitido.

§3 - Os rendimentos resultantes das aplicações das reservas vinculadas não se incorporarão a estas, sendo incorporadas às reservas não vinculadas administradas pelo Banco Central do Brasil." (BRASIL,1994:12)

Tal política de estabilização, com âncora cambial, resultou na queda abrupta da inflação, cujo índice despenca dos 2.708,2%, em 1993 para a incrível marca dos 14,8%, em 1995 (ver tabela 3.4); provocou a redução dos preços dos produtos importados, forçando a queda dos preços internos; beneficiou as empresas na importação de máquinas e equipamentos (mais

baratos), contribuindo para intensificar a modernização das indústrias e aumentar-lhes a produtividade, a eficiência e a competitividade.

No que se refere à ancoragem cambial, esta foi propiciada pelo grande volume de reservas cambiais que o governo conseguira acumular nos últimos anos, fruto tanto, do excesso de liquidez no mercado financeiro internacional¹⁸, quanto das medidas internas em prol da captação de recursos externos, como as taxas de juros ascendentes, fortemente atrativas do capital volátil.

Eis, portanto, o respaldo à política monetária do governo ao estabelecer as reservas externas como lastro do real, ou seja, as emissões de dinheiro não seriam às custas do déficit.

Constata-se que a estabilização do câmbio, elemento fundamental para o sucesso do Plano Real, derivava diretamente da quantidade de reservas cambiais no Banco Central. Foi a partir desse entendimento que o governo adotou a política de altas taxas de juros, no intuito de atrair capitais externos e, assim, manter as reservas elevadas.

Os dados da tabela 3.4 revelam a ascendência destes dois indicadores nos anos críticos da implantação e consolidação do referido Plano, quando a taxa de juros real (Selic) passa de 7,1% em 1993, para 24,4%, em 94, e 33,1%, em 95. Concomitantemente, as reservas externas elevam-se do patamar de US\$ 25,8 milhões, em 93, para US\$ 36,4 milhões e US\$ 50,1 milhões, nos anos de 94 e 95, respectivamente.

¹⁸ *O fechamento do acordo da dívida externa com os credores, após vários anos, também contribuiu para o fluxo de capital estrangeiro para o Brasil.*

O sucesso inicial do plano foi debitado, em larga escala, à eficácia da estratégia formulada a partir do Consenso de Washington, dando aval à continuidade das políticas econômicas de corte austero e liberalizante, como aperto fiscal, controle da inflação e estabilização monetária, que preparavam preparando o caminho para a retomada do crescimento econômico.

Contudo, a realidade apresentava-se contraditória, tanto no que diz respeito ao estatuto teórico, que indicava como princípio básico a redução do Estado na economia, enquanto que ao nível das políticas macroeconômicas a presença deste registrava-se mais forte do que nunca, quanto na implementação de medidas que visavam a manutenção da atratividade de capitais, elevando drasticamente as taxas de juros, o que provocou toda uma gama de elementos contrários aos investimentos produtivos (tão necessários à retomada do crescimento) e às dívidas do governo (já que aqueles ao incidirem sobre o déficit governamental, ampliam-nas fortemente).

Todavia o sucesso econômico do plano irradiou-se para a esfera eleitoral e, após três meses, o então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, foi eleito Presidente da República, no primeiro turno, com 54% dos votos.

Em termos de senso comum é possível identificar o lançamento do citado plano de estabilização como uma bandeira estratégica em prol da campanha presidencial. Contudo, a percepção mais acurada de um dos mais atuantes cientistas políticos do Brasil, José Luís Fiori (1998), indica uma análise inversa da situação: Fernando Henrique Cardoso era, naquele

momento histórico, a figura mais adequada, em termos políticos, para levar adiante a administração do governo brasileiro, dentro dos princípios neoliberais “sugeridos” no Consenso de Washington. Tem-se aí a idéia de que a ingerência externa se viabiliza acentuadamente também no âmbito político de "cima para baixo".

No entanto, já em dezembro de 1994, o plano apresentava problemas. A necessária sobrevalorização cambial, a exigência de manutenção de juros altos, com o conseqüente aumento da dívida pública e do déficit na balança comercial, apresentavam-se como herança a ser assumida pelo recém-eleito presidente, cuja posse estava marcada para o dia 01/01/95.

A equipe econômica recentemente empossada acreditava nos mecanismos de mercado e nos investimentos externos de boa qualidade (IED) para a grande transformação. Investimentos diretos, que pudessem proporcionar uma reatualização da estrutura produtiva instalada no país, é o que deveria ser estimulado.

Para tanto, apostava-se na continuidade da liquidez internacional e, para que os investidores externos se dirigissem para cá, o governo oferecia-lhes ativos preciosos, com excelentes mercados, a preços, no mínimo, convidativos. A forma em que o capital internacional deveria concretizar-se seria a de investimentos diretos (IED), evitando-se, quando possível, a entrada do capital volátil.

Entretanto, a economia defrontava-se com uma dinâmica bastante agressiva no que se refere ao comércio exterior brasileiro, cuja inversão tornou-

se histórica, passando de superávit de US\$ 10 bilhões, para o déficit na casa dos US\$ 3,5 milhões, já em 1995, enquanto o saldo em conta corrente exibia índices negativos cada vez mais acentuados, passando da marca de US\$ -1,3 milhões, em 94, para US\$ -18,0 bilhões já em 95. Tal performance constituía-se em um grande problema para a estrutura macroeconômica do país, que, mais do que nunca, necessitava de dólares para garantir a estratégia de âncora cambial.

De acordo com Santana (2000):

“O dado mais agravante (na época da posse de FHC) é que o País aumentava sua dependência frente ao mercado internacional de capitais para sustentar sua política macroeconômica. Como vimos anteriormente, a situação do mercado internacional de capitais traz consigo a marca da instabilidade, pois cada vez mais aumenta o intervalo entre a riqueza financeira e a riqueza real. Dessa forma, a busca por lucratividade é intensa e a ocorrência de crise é constante. Mesmo o governo adotando uma legislação mais punitiva contra os investimentos voláteis, como a exigência de prazos de investimentos mais longos e incidência tributária, adotava a ação defensiva de aumentar os juros para manutenção das reservas.” (Santana, 2000: 32)

A manutenção das taxas de juros em patamares impeditivos da retomada dos investimentos produtivos e, por conseguinte, do crescimento econômico, reflete-se nos indicadores relativos ao PIB, que despencaram a partir de 1995, de 4,2% para 0,2%, em 1998, e na manutenção das taxas de investimento inferiores às do mesmo período da década precedente.

Um outro estudioso do assunto (Gonçalves, 1999) indica a ampliação da vulnerabilidade externa do Brasil como o mais pesado ônus da política econômica atual. Entendendo que a saúde da economia brasileira restringia-se

à manutenção, a todo custo, das reservas cambiais, o governo brasileiro, ao se defrontar com as dificuldades impostas pelas sucessivas crises internacionais, que interferiram de forma acentuada no fluxo de capitais a nível mundial, necessitou aumentar drasticamente os juros para defender suas reservas.

Assim é que, entre o fim de 1994 e o início de 1995, a crise do México impulsionou no Brasil uma série de medidas recessivas, dentre elas a elevação dos juros. Quando os efeitos da crise do México dissipavam-se e o mercado financeiro internacional estabilizava-se, possibilitando que os juros declinassem e as reservas cambiais batessem novo recorde, (US\$ 59,1 milhões, em 1996), no segundo semestre de 1997, os "*tigres asiáticos*" entram em *pane*, provocando uma instabilidade ainda maior no mercado internacional, à qual o Brasil reagiu com nova elevação dos juros. Quando as conseqüências da crise da Ásia neutralizavam-se, eclode, em 1998, a crise da Rússia, com efeitos potencializados. Por fim, em 1999, a crise é no próprio Brasil, que se vê obrigado a abandonar a âncora cambial.

É neste contexto que os indicadores econômicos dos cinco últimos anos da década de 90, para os quais se tem registro, apresentam-se numa trajetória no mínimo precária: embora permaneça com desempenho medíocre, a economia brasileira apresenta, a partir de 1995, alguns indicadores bastante contrastantes com os cinco anos imediatamente anteriores. A tabela 3.5 contém os dados referentes ao segundo quinquênio dos anos 90, ilustrados logo a seguir por gráficos, o que permite e respalda as análises que se seguem:

Tabela 3.5. Indicadores econômicos do Brasil (1995-2000)

<i>Indicadores Em US\$ milhões</i>	1995	1996	1997	1998	1999	2000
PIB	705.400,0	775.000,0	807.700,0	787.700,0	531.100,0	593.700,0
Exportação	46.500,0	47.700,0	53.000,0	51.100,0	48.000,0	55.100,0
Importação	49.600,0	53.300,0	61.300,0	57.600,0	49.200,0	55.700,0
Saldo em conta corrente	-18.000,0	-23.300,0	-33.100,0	-33.600,0	-25.100,0	24.600,0
IED	4.300,0	10.800,0	18.900,0	28.300,0	28.600,0	32.700,0
Privatização	Nd	2.600,0	5.200,0	6.100,0	Nd	Nd
Reservas Externas	50.100,0	59.100,0	51.300,0	43.600,0	35.500,0	33.000,0
Taxas de crescimento						
PIB	4,2	2,7	3,3	0,2	0,8	4,4
Agricultura	4,1	3,1	-0,8	1,9	7,4	3,0
Indústria	1,9	3,3	4,7	-1,4	-1,6	5,0
Serviços	1,3	2,3	2,6	1,1	1,9	3,8
Câmbio real	93,8	95,5	91,7	92,5	127,1	117,7
Juros reais	33,1	16,6	16,4	31,2	19,1	16,2
Inflação (IGP-DI)	14,8	9,3	7,5	1,7	19,9	9,8
Desemprego	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6	7,1
% do PIB						
Fbcf	20,5	19,3	19,9	19,7	19,1	19,4
Em milhões de habitantes						
População	155,3	157,5	160,1	162,2	163,7	169,5

Fonte: BCB, IBGE, FGV - Revista Conjuntura Econômica –séries revisadas março de 2002

Gráfico 3.6

Investimento externo direto (1995-2000)

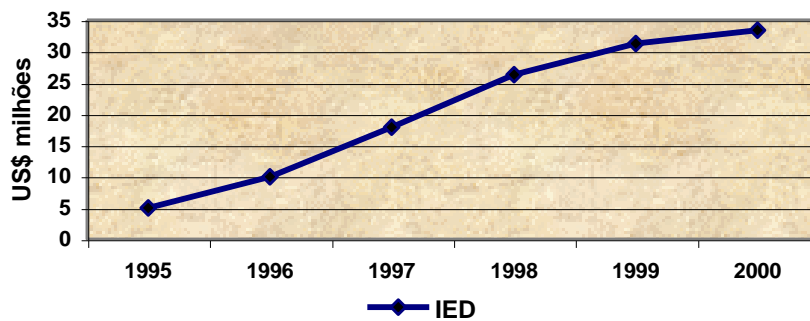
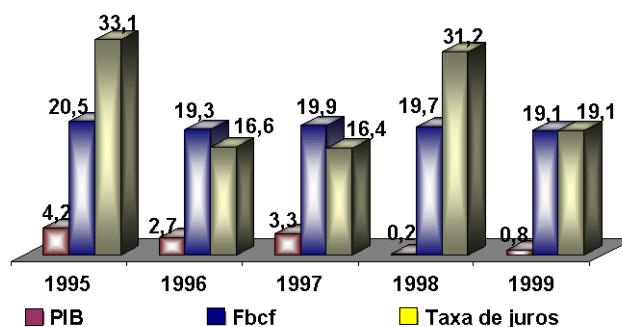


Gráfico 3.7

Evolução das taxas de juros, PIB e Fbcf (1995-99)



Já em 1995, a economia brasileira apresenta crescimento mais moderado, com 4,2% de ampliação do PIB em relação ao do ano anterior, o que, conjugado à intensificação da abertura comercial, redundou em ampliação das importações e valorização real do câmbio (23,0% entre junho/94 e fevereiro/95).

Nesse ínterim, os reflexos da crise do México acenavam como alerta para a necessidade de reorientação da política econômica, o que determinou medidas, tais como: mudança do regime cambial administrado para o de bandas (o que resultou numa desvalorização em torno de 12,8% entre fevereiro e dezembro de 1995); ampliação de tarifas de importação para um conjunto de bens de consumo; ampliação da taxa de juros real básica; aumento de restrições ao crédito ao consumidor e aumento das taxas de juros para empréstimo de capital de giro.

Tais medidas atingiram em cheio a produção industrial, que recuou de 6,7%, em 1994, para a marca de 1,9%, em 1995, tendo como conseqüência direta a queda na taxa de investimento de 20,5%, em 1995, para 19,1%, em 1996. Registrou-se, ainda, crescimento no nível de desemprego, cuja taxa evolui de 4,6%, em 1995, para 5,4%, em 1996, com conseqüente reflexo sobre a massa salarial¹⁹.

A partir de então, a grande maioria dos indicadores econômicos do Brasil tem expressado uma dinâmica muito aquém da desejada. Tem-se, por

¹⁹ Na indústria paulista a queda da massa salarial foi de 6,4% nos 12 meses, entre abril de 1995 e março de 1996, e de 10% para o nível de emprego.

exemplo, tem-se que entre o período 1995-2000, o produto interno bruto brasileiro, cresce a uma taxa média de 2,6% ao ano, chegando a registrar o insignificante crescimento de 0,2% em 1998.

Com relação aos setores econômicos analisados de *per si*, a indústria registrou, no mesmo período (1995-2000), o índice de 1,9% de crescimento médio anual, com destaque para 99, quando decresceu em 1,6%.

No caso da agricultura, a taxa de crescimento médio anual foi, para os anos em destaque (95-2000) de 3,1%, com excelente desempenho relativo, no ano de 1999, quando apresentou taxa de variação superior a 7,0%.

No que se refere ao setor serviços o crescimento verificado situou-se em torno dos 2,1% médios anuais, apresentando desempenho medíocre durante todo o período em foco.

No que concerne ao setor externo, observa-se negatividade nos saldos em conta corrente, entre 1995 e 99, cujas marcas saltam, respectivamente, de US\$ -18 milhões para US\$ -25,1 milhões, passando pela marca dos US\$ -33,6 milhões, em 98, ano a partir do qual se tem um comportamento de retração dos saldos negativos, chegando em 2000 a um superávit de US\$ 24,6 milhões.

Registraram, queda ainda, as reservas externas, cujo patamar alcançado em 2000 é de US\$ 33,0 milhões, patamar que, quando relacionado ao nível alcançado em 96 (US\$ 59,1 milhões), indica queda de aproximadamente 50%.

Dentre tantos indicadores medíocres, destaca-se, como ganho representativo da segunda metade da década de 90, a queda extraordinária dos índices inflacionários, representados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços), que sai da marca dos 1.093,9%, em 1994, para 14,8% já em 1995 e 1,7%, em 1998. A partir de então, este indicador apresenta comportamento preocupante, pois em dezembro de 2000 já atinge a marca de 9,8%, tendo atingido, em 99, 19,9%.

Outro elemento de destaque é o dinamismo extraordinário, no período em foco, dos investimentos externos diretos (IED), passando do patamar de US\$ 2 milhões, em 1994, para US\$ 32,7 milhões, em 2000. Esta performance, possivelmente, está atrelada ao movimento de capitais internacionais, atraídos pelo programa de privatizações, cujos primeiros resultados constam da tabela 3.6, em perfil ascendente de US\$ 2,6 milhões, em 1996, para US\$ 6,1 milhões em 1998. De acordo com Bacha (1997:56):

"As iniciativas restritivas adotadas na primeira metade de 1995 mostraram-se bem sucedidas em superar os problemas iniciais do Plano, e mantiveram a tendência declinante da inflação ao longo da segunda metade de 1996. O ressurgimento de grandes déficits comerciais desde setembro de 1996 indicava, entretanto, que o mix de políticas mostrava-se incapaz de garantir simultaneamente a estabilidade de preços, o crescimento sustentado do PIB e o equilíbrio externo."

As taxas de crescimento do PIB, a partir de 1994, são decrescentes, com breve intervalo em 1997. Com o crescimento do PIB de 0,2 %, em 1998, a média de crescimento do produto no quadriênio de 1995/1998, período do

primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, não chegou a 3%. Para Santana (2000:38), a dedução lógica deste quadro é a seguinte:

"Passados oito anos da década de noventa, as políticas implementadas não conseguiram elevar sequer o produto a patamares aceitáveis²⁰. O resultado é medíocre se comparado à média de 1980/1989, a chamada década perdida, que foi de 4,22%. Isso quer dizer que as mudanças implementadas não demonstram seus efeitos sequer para repetir o péssimo desempenho da década perdida."

Contudo, a manutenção das teses do Consenso imprimiu mais velocidade ao processo de privatização e liberalização da economia brasileira, o que, aliado à performance de estabilidade que vinha se consolidando a nível monetário, estimulou sobremaneira a vinda de investimentos externos para o Brasil. Cabe ressaltar, no entanto, que tais fluxos de IED têm-se constituído, em sua maior parte, em movimentos de centralização de capital, não permitindo a ampliação dos indicadores reais de produção, emprego e renda, característicos de um processo de retomada de crescimento objetivado desde o início da década de 90.

Considerações Finais

Em síntese, pode-se visualizar os reflexos dos diversos planos de estabilização econômica, implementados durante a década de 90, sobre alguns

²⁰ Segundo Delfim Neto (1997) De acordo com a taxa de crescimento da população brasileira, algo em torno de 1,2% ao ano, e com o índice de produtividade da economia nacional de 3% ao ano, seria necessário que o país elevasse seu produto em, pelo menos, 6% ao ano, para manter os níveis de emprego da população economicamente ativa e abrir vagas para os jovens que anualmente deveria-se incorporar ao mercado de trabalho.

dos principais indicadores sócio-econômicos, através da tabela 3.6 abaixo, cujos dados e informações cruzados nos permite perceber esta performance.

Pode-se indicar, como reflexo mais representativos do governo Collor de Mello, o crescimento das taxas de juros, cuja influência negativa reduziu o nível de investimento interno, elevando consideravelmente a taxa de desemprego, o que redundou, em última análise, na queda do produto interno bruto. Com referência à queda da inflação, principal meta do governo, o IGP-DI registra decréscimo considerável apenas no primeiro ano (1991), para, logo em seguida, continuar com um ritmo de crescimento assustador.

Outra informação relevante deste período foi a considerável redução da dívida interna, que passou de 13% do PIB para 8,5%, significando o resultado da política de restrição monetária e conseqüente direcionamento de seus frutos.

Com relação à economia internacional, o Brasil na "Era Collor", manteve os níveis de importação, registrando melhor desempenho das exportações, o que permitiu que as reservas mais que duplicassem, além do mais, apresentou crescimento moderado do IED. Cabe mencionar o acordo sobre parte da dívida externa, realizado neste período, como parte do plano Brady.

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello (setembro/1992) o Brasil defrontou-se com um governo desgastado pela recente crise política e um cenário econômico não muito diferente do presente, no final da década perdida.

É neste ambiente que o novo presidente da república, Itamar Franco, edita uma série de medidas, já em março de 1993, com o propósito de buscar credibilidade junto à população, sob o jargão de "estabilidade para o crescimento". Dentre estas medidas, uma – a redução da taxa de juros – frutificou, em conjunto com o PAI (Programa de Ação Integrada), lançado no mesmo ano, pelo então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Os indicadores revelam que no período (1993-1994) o leve incremento na taxa de investimento, elevou a taxa de emprego da economia, resultando em taxas positivas de crescimento do Produto Interno Bruto.

Com relação ao setor externo, a abertura iniciada no governo anterior ampliou-se, tanto ao nível das exportações, quanto das importações, enquanto que as reservas continuaram crescendo. Contudo, o recrudescimento das taxas estratosféricas da inflação, reduziam os efeitos positivos daquele período de transição, tornando o Brasil uma área de risco para o investimento externo, o que fica patente na redução dos investimentos externos diretos. Apesar disso foi negociada, neste ínterim, parte da dívida externa.

Em fevereiro de 1994, foi lançado o Plano Real, em sua primeira fase – chamada de transição –, cuja tônica era preparar o país para a desindexação, cuja culminância deveria se dar quando do lançamento da nova moeda – o Real. Tal fato aconteceu em julho de 1994, o que mais do que permitiu e respaldou a vitória eleitoral do seu mentor – Fernando Henrique Cardoso –, para nada menos que o cargo de Presidente da República.

Em termos econômicos, as medidas adotadas a partir de então, resultaram em queda abrupta da inflação, chegando, em 1998, ao patamar de 1,7%, índice inimaginável há alguns anos atrás. Contudo, a defesa do Plano, ancorado na manutenção da taxa de câmbio, a todo custo provocou a execução de uma política de juros altos, que impediu a retomada do crescimento econômico durante todo o período posterior ao Plano, tendo-se alcançado uma média de crescimento anual do PIB de apenas 2,3%, equiparada à média (de 2,5%) conseguida durante a década perdida. Em torno dessa conjuntura, os níveis de investimento interno bruto mantiveram-se estagnados, resultando na ampliação, durante todo o período, em foco dos índices de desemprego, que não caem da faixa dos 7,0% desde 1998.

Em termos internacionais, a "Era FHC" tem o que mostrar. A política de abertura iniciada já no início dos anos 90 continua, e os dados demonstram o crescimento sistemático, tanto das exportações, quanto das importações. No que se refere às reservas internacionais, verdadeira âncora do Plano Real, observa-se que, mesmo mantendo-se em um patamar confortável (mais de US\$ 30 bilhões), a partir de 1996, a utilização destes recursos para fazer frente às diversas crises externas, na tentativa de evitar a fuga de capitais e conseqüentes reflexos sobre o Plano Real, significaram um sistemático decréscimo (em torno de 50%) das reservas.

Contudo, os "fundamentos da economia", nas palavras do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, haviam se estabilizado durante o período posterior ao Plano Real e estavam sendo apreciados pelo mundo, como a seta indicadora

do Brasil como área de menor risco para investimentos. Com base neste cenário conjuntural, em consonância com todo um aparato institucional de abertura e desregulamentação do mercado brasileiro, tem-se, a partir de 1995 um crescimento extraordinário dos IED, que passam da marca dos US\$ 3,9 milhões para mais de US\$ 30 bilhões, em 2000.

É importante ressaltar que, neste período, mais precisamente em novembro de 1998, o Brasil assinou acordo com o FMI, conseguindo crédito no valor de US\$ 41,5 milhões, sendo 18 do FMI; 4,5 do BIRD; 4,5 do BID; e (14,5 coordenados pelo BIS. A partir desse acordo, a economia brasileira passou a ser monitorada (até 2001) pelo FMI e organizou-se para atender às seguintes metas impostas quando do acordo:

- a) resultado primário (total do Setor Público) como % do PIB, 2,6, em 99, 2,8, em 2000 e 3,0, em 2001, logo em seguida, em março de 99, estas metas foram revistas para 3,1; 3,25; e 3,35, respectivamente, com corte dos gastos em todos os setores;
- b) déficit nominal de 4,7%;
- c) dívida pública: manter em torno de 50% do PIB;
- d) taxa de juros: alteração com consulta prévia ao FMI;
- e) câmbio: manter o regime de bandas com alargamento gradativo;²¹
- f) transações correntes -3,5%;

²¹ Esta meta foi implodida pela crise de 1998/99.

- g) política monetária: ter como meta prioritária a manutenção da inflação baixa, permanentemente, 16,8%, em 99 (esta foi reformulada para 12,0%, 6,5%, para 2000 e 5,2%, para 2001; limites (não definidos) de emissão monetária; promessa de reduzir os depósitos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central;
- h) privatizações R\$ 25,7 milhões, reduzida em julho de 99 para 13,2 milhões (agendadas para tal, empresas de eletricidade, saneamento o Instituto de Resseguros do Brasil e os bancos públicos – estes deveriam reduzir seu número de 34 para 11);
- i) reservas líquidas internacionais: US\$ 38,5 milhões, não podendo baixá-las a 20 para intervir no mercado de câmbio; e
- j) dívida externa pública de curto prazo: ampliá-la no máximo de US\$ 6 bilhões para US\$10 bilhões; além disso, uma série de medidas foram propostas para reformas no mercado de trabalho, para o sistema tributário e o sistema financeiro.

Observa-se, a partir deste quadro, sumariamente apresentado, que a “opção” do Brasil, no início da década de 90, em aderir aos princípios contidos no Consenso de Washington, caracteristicamente neoliberais, aprofunda o grau de subordinação externa, via crescente endividamento, tanto interno, quanto externo, perda significativa da soberania nacional e acelerado processo de desnacionalização.

A assinatura do acordo com o FMI registra o monitoramento da política macroeconômica brasileira, tornando compromisso de dívida o que já vinha sendo efetivado durante toda a década; o que podia ser considerado “opcional”, torna-se obrigação. Nesse sentido, itens como a consulta prévia ao FMI acerca das flutuações nas taxas de juros demonstram o quanto o Brasil perdeu em termos de autonomia política e, conseqüentemente, exacerbam-se as dificuldades, dentro deste cenário neoliberal, da construção de um projeto nacional de desenvolvimento econômico.

Tabela 3.6. Planos de estabilização X indicadores econômicos – década de 90

1990/1991 Plano Collor I	1991 /1992 * (a) Plano Collor II	1993 **/1994 a) Plano Est.c/ crescimento b) PAI	1994 (02 a 06) Plano Real - Fase I - Transição	Julho de 1994 Plano Real - Fase II - Implantação	Março de 1995 (b) Plano Real - Novas Medidas	Janeiro de 1999(c) Plano Real Novas Medidas
Substituição do Ncr\$ pelo Cr\$ 1:1.			Criação da URV (indexador básico da economia) reajustado diariamente p/ Bacen.	Substituição do Cr\$ e da URV pelo Real , na base de 1 URV = 1 R\$ = 1 US\$ Prazo anual para correção monetária.	Ampliação das tarifas de importação para automóveis e eletro-eletrônicos de 20% p/ 32% e depois p/ 70%.	
Congelamento de preços (01 mês); posterior negociação nas Câmaras Setoriais.	Congelamento de preços por tempo indeterminado. Reajuste em torno de 60% das tarifas e preços públicos.	Aceno para uma dura política de estabilização.	Obrigatoriedade de conversão de todos os preços, e demais obrigações pecuniárias em URV.			
Livre negociação para ajuste de salários.	Unificação da data base p/ reajuste salarial na média real dos últimos 12 meses.	a) Elevação dos níveis de reajuste salariais privados e redução dos prazos para os salários do governo.	Conversão dos salários em URV.		Suspensão dos reajustes dos servidores públicos (que perdura por 07 anos).	
Câmbio administrado.		a) Redução da taxa de juros.		Cotação administrada para taxa de câmbio Instituída a âncora cambial.	Ampliação da taxa de juros. Adoção do Sistema de bandas cambiais.	Desvalorização cambial. Fim da âncora.
Retenção dos saldos dos ativos financeiros por 18 meses.	Restrições aos bancos - Extinção da BTN (indexador geral da economia). Criação da TR (pre-fixador da correção monetária).					
Medidas emergenciais de combate à sonegação		a) Redução do Imposto Indireto sobre veículos. b) Criação do IPMF (08/93) hoje CPMF. c) Criação do FSE, posteriormente FEF.				
	Corte de subsídio ao pão e ao trigo.	Diretrizes para privatização.				

Continuação

1990/1991 Plano Collor I		1991 /1992 * (a) Plano Collor II	1993 **/1994 a) Plano Est.c/ crescimento b) PAI	1994 (02 a 06) Plano Real - Fase I - Transição		Julho de 1994 Plano Real - Fase II - Implantação		Março de 1995 (b) Plano Real - Novas Medidas		Janeiro de 1999(c) Plano Real Novas Medidas
Em US\$ milhões										
PIB										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
469,3	405,7	387,3	429,7	543,1	705,4	775,0	807,7	787,7	531,1	593,7
Exportação										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
31,4	31,6	35,8	38,6	43,5	46,5	47,7	53,0	51,1	48,0	55,1
Importação										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
20,7	21,1	20,6	25,6	33,1	49,6	53,3	61,3	57,6	49,2	55,7
Reservas										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
8,7	8,5	19,0	29,8	36,4	50,1	59,1	51,3	43,6	35,5	33,0
IED										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
0,3	0,1	1,6	0,7	2,0	4,3	10,8	18,9	28,9	28,6	32,7
Taxas										
Fbcf										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
20,1	18,1	18,4	19,3	20,8	20,5	19,3	19,9	19,7	19,1	19,4
IGP-DI										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
1.476,7	480,2	1.157,8	2.708,2	1.093,9	14,8	9,3	7,5	1,7	19,1	9,8
Desemprego										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
4,3	4,8	5,7	5,3	5,1	4,6	5,4	5,7	7,6	7,6	7,1
Juros										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
-4,9	3,6	34,1	7,1	24,4	33,1	16,6	16,4	31,2	19,1	16,2
Câmbio										
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
98,0	119,0	130,7	115,1	100,0	93,8	95,5	91,7	92,5	127,1	117,7

* Neste período, foi estabelecido acordo provisório sobre parte da dívida externa (Plano Brady) (a) Em setembro de 1992 - Impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo.

** Em maio de 1993 - Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda do então governo Itamar Franco e assume o comando da política econômica do país. (b) FHC é eleito Presidente da República. (c) FHC é reeleito Presidente da República.

Fonte: Organização da Autora.

A correlação entre: a) o movimento centralizante do capital na era global, b) as políticas liberalizantes do governo brasileiro (privatizações, desregulamentações, etc), c) o plano de estabilização econômica desenvolvido no Brasil e d) a observância e cumprimento de quase todas as metas do acordo com o FMI, tem mantido o Brasil na rota dos Investimentos Diretos Externos, o que nos remete à análise mais pausada deste elemento, bem como da sua pertinência quanto à forma de inserção do Brasil no mundo globalizado.

O capítulo 4, a seguir, tratará principalmente, como seu título indica, dos principais determinantes e/ou condicionantes do comportamento do fluxo de IED para o Brasil, especificamente, a partir de 1995.